

O ECOTURISMO DE BASE COMUNITÁRIA COMO ESTRATÉGIA SUSTENTÁVEL PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL EM ÁREAS PROTEGIDAS

Data de aceite: 02/10/2024

Mayerly Alexandra Guerrero-Moreno

Universidade Federal do Oeste do Pará
(UFOPA)
Santarém-Pará

CV: <http://lattes.cnpq.br/0860671218312397>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6767-2966>

José Max Barbosa Oliveira-Junior

Universidade Federal do Oeste do Pará
(UFOPA)
Santarém-Pará

CV: <http://lattes.cnpq.br/135301436504555>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0689-205X>

as comunidades locais no planejamento e gestão dos projetos ecoturísticos, promovendo a valorização cultural, o fortalecimento dos saberes tradicionais e a geração de benefícios econômicos diretos. Em áreas protegidas habitadas por comunidades tradicionais, o EBC emerge como uma estratégia eficaz de desenvolvimento sustentável, promovendo a conservação da biodiversidade e o empoderamento local. Este artigo revisa a literatura sobre a evolução do ecoturismo, os princípios do EBC, sua implementação em áreas protegidas e apresenta exemplos de casos de sucesso que ilustram seu impacto positivo no desenvolvimento regional e na conservação ambiental.

PALAVRAS-CHAVE: Turismo sustentável; participação comunitária; áreas naturais; conservação; comunidades tradicionais.

COMMUNITY-BASED ECOTOURISM AS A SUSTAINABLE STRATEGY FOR LOCAL DEVELOPMENT IN PROTECTED AREAS

ABSTRACT: Tourism has been recognized as a sector that positively impacts economic growth and development, despite its seasonality. However, the increasing demand for tourism, the lack of policies and

RESUMO: O turismo tem sido reconhecido como um setor que impacta positivamente o crescimento econômico e o desenvolvimento, apesar de sua sazonalidade. No entanto, o aumento da procura turística, a falta de políticas e planejamento turístico em vários países, e a abordagem puramente econômica orientada para a dinâmica do mercado também trouxeram consigo vários efeitos adversos a nível econômico, sociocultural e ambiental. Em resposta a esses efeitos negativos, surgiu o ecoturismo de base comunitária (EBC), uma forma de turismo sustentável que alia preservação ambiental e inclusão comunitária. O EBC envolve

planning in various countries, and the purely economic approach focused on market dynamics have also brought several adverse effects at economic, sociocultural, and environmental levels. In response to these negative effects, community-based ecotourism (CBE) has emerged as a form of sustainable tourism that combines environmental preservation and community inclusion. CBE involves local communities in the planning and management of ecotourism projects, promoting cultural appreciation, strengthening traditional knowledge, and generating direct economic benefits. In protected areas inhabited by traditional communities, CBE emerges as an effective strategy for sustainable development, promoting biodiversity conservation and local empowerment. This article reviews the literature on the evolution of ecotourism, the principles of CBE, its implementation in protected areas, and presents examples of successful cases that illustrate its positive impact on regional development and environmental conservation.

KEYWORDS: Sustainable tourism; community participation; natural areas; conservation; traditional communities.

1. INTRODUÇÃO

O turismo tem sido reconhecido como um setor que impacta positivamente o crescimento econômico e o desenvolvimento, apesar de sua sazonalidade (CISNEROS-MARTÍNEZ; FERNÁNDEZ-MORALES, 2016). De acordo com Webster e Ivanov (2014), quando a atividade turística cresce, o número de visitantes também aumenta e, portanto, há uma maior circulação de dinheiro, o que leva a um aumento do PIB (Produto Interno Bruto), impactando positivamente várias regiões e países. Outros impactos positivos também estão relacionados às receitas cambiais, à contribuição para a receita pública, à geração de empregos e às oportunidades de negócios (BRIDA et al., 2008).

No entanto, o aumento da procura turística, a falta de políticas e de planejamento turístico em vários países, e a abordagem puramente econômica orientada pela dinâmica de mercado trouxeram consigo diversos efeitos adversos (FAXINA; FREITAS, 2020). Os impactos econômicos estão relacionados à inflação, especulação imobiliária e fuga dos benefícios econômicos para o setor privado (LICKORISH; JENKINS, 2000). No âmbito sociocultural, ocorrem migrações descontroladas, processos de gentrificação, intensificação da segregação espacial, tensões, danos sociais, perda de identidade cultural e desintegração local (GASPAR, 2010). Por fim, os impactos ambientais negativos estão associados à poluição, superlotação e congestionamento, que intensificam o uso de espaços naturais e construídos, afetando gravemente o equilíbrio dos ecossistemas (RODRIGUES; FEDER; FRATUCCI, 2015). Esses efeitos se tornaram ainda mais evidentes entre as décadas de 1950 e 1970, quando o número de turistas internacionais no mundo dobrou a cada sete anos, caracterizando o chamado turismo de massa (GORDON, 2012).

Em resposta ao turismo de massa, surgiu o turismo alternativo, muitas vezes denominado turismo sustentável, que visa estimular o desenvolvimento local de forma

contextualizada, adaptando-se às realidades e necessidades de cada lugar (NEL-LO & LLANES, 2016). De acordo com Dangi e Petrick (2021), vários aspectos do turismo alternativo estão em prática desde a década de 1980, como abordagens de adaptação ao desenvolvimento sustentável. Exemplos incluem ecoturismo, turismo comunitário, agroturismo, turismo voluntário e turismo responsável. Nesse contexto, surgiu o ecoturismo de base comunitária (EBC), uma variante do ecoturismo que assume o desafio de conjugar três vertentes essenciais para a sustentabilidade dos territórios: ecoturismo, educação ambiental e turismo comunitário (BENITES; MAMEDE, 2020).

Assim, o EBC oferece um enfoque mais inclusivo, envolvendo as comunidades locais no design, gestão e desenvolvimento de projetos ecoturísticos (MTAPURI; GIAMPICCOLI, 2018). Esta forma de turismo busca não apenas a interação respeitosa com a natureza, mas também o fortalecimento dos conhecimentos tradicionais, a valorização cultural e a geração de benefícios diretos para as populações envolvidas (BAQUERO; PARRADO, 2021). Dessa forma, o ecoturismo de base comunitária contribui para o desenvolvimento sustentável dos territórios, ao mesmo tempo que promove a conservação da biodiversidade e o empoderamento das comunidades locais (BENITES; MAMEDE, 2020). Isso é particularmente relevante, dado que o EBC se desenvolve majoritariamente em áreas protegidas habitadas por comunidades tradicionais (GUERRERO-MORENO; OLIVEIRA-JÚNIOR, 2024).

Tendo em vista o exposto, o objetivo deste capítulo consistiu em discutir como o ecoturismo de base comunitária pode atuar como uma estratégia eficaz para o desenvolvimento local sustentável. Para isso, realizamos uma revisão da literatura focada em quatro subtemas: 1) Fundamentos e Evolução do Ecoturismo: Este tópico explora a origem e evolução do ecoturismo, destacando as mudanças nas práticas e percepções ao longo das décadas. 2) Ecoturismo de Base Comunitária (EBC): Analisaremos o surgimento e os princípios do EBC, com foco em como ele serve para mitigar os impactos do turismo convencional, apoiando o desenvolvimento econômico e a conservação ambiental por meio da inclusão e participação das comunidades locais. 3) Áreas protegidas e ecoturismo de base comunitária: Analisaremos como as políticas e legislações de conservação suportam a implementação do EBC em áreas protegidas, e como essas práticas contribuem para os objetivos de conservação e desenvolvimento sustentável. 4) Casos de Sucesso do EBC: Por fim, apresentaremos alguns exemplos do sucesso do EBC em áreas protegidas.

1.1. Fundamentos e Evolução do Ecoturismo

A busca por vivências intensas, marcantes nos anos 60, combinada com o crescente interesse por atividades ao ar livre nos anos 70, e com a preocupação surgida nos anos 80 com relação à saúde, nutrição natural e boa forma física, consolidou as bases para o desenvolvimento do ecoturismo (BUDOWSKI, 1989). O ecoturismo, de acordo com Weaver

e Lawton (2002), apareceu na literatura acadêmica no final da década de 1980 como um aspecto do turismo sustentável e ganhou força nas décadas posteriores. O primeiro a cunhar o termo foi Ceballos-Lascuráin (1987) e o definiu como:

visitar áreas naturais relativamente intactas, incluindo áreas protegidas para desfrutar, apreciar e estudar atrativos naturais (paisagem, flora e fauna), bem como qualquer manifestação cultural do presente e do passado, através de um processo que promova a conservação, tem baixo impacto ambiental e cultural negativo, incentiva o envolvimento ativo e socioeconômico benéfico das comunidades locais (p. 120).

Embora essa definição forneça uma diretriz para conceituar o ecoturismo, ela foca principalmente na fruição e contemplação da atividade ecoturística, deixando de lado a responsabilidade que isso implica com a natureza e com a comunidade local, especialmente em áreas protegidas. Diante disso, Wallace e Pierce (1996) propuseram uma revisão da definição, integrando aspectos éticos na relação entre o ser humano e a natureza:

É uma viagem em que há preocupação com a flora, a fauna, a geologia e os ecossistemas de uma área, assim como com as pessoas que vivem no entorno, suas necessidades, sua cultura, sua relação com a terra. O ecoturismo considera as áreas naturais como a “casa de todos nós” em um sentido global (“eco” significa “casa”), mas também especificamente “a casa dos habitantes do bairro”. É vista como uma ferramenta de conservação e desenvolvimento sustentável - especificamente em áreas onde a comunidade local é solicitada a fazer uso não predatório dos recursos naturais em favor de outros tipos de uso (p.848).

Autores como Vargas del Río e Brenner (2013) destacam a relevância da integração das comunidades locais e de atores externos para consolidar o ecoturismo como uma alternativa produtiva. Seguindo a mesma linha, Contreras (2016) afirma que o ecoturismo é uma das atividades produtivas que pode contribuir positivamente para a melhoria das economias locais e para a redução da pobreza. Por sua vez, Lara (1999) sustenta que o ecoturismo oferece suporte à sustentabilidade de outras estratégias produtivas, como silvicultura, agroecologia, educação ambiental e pesquisa científica. Embora não haja uma definição única do que seja ecoturismo, Guerrero (2010) afirma que os fundamentos teóricos do ecoturismo são bem definidos, destacando a promoção da conservação ambiental nos locais onde ocorre, a criação de benefícios econômicos e sociais para as comunidades anfitriãs, o incentivo à educação ambiental tanto para os moradores locais quanto para os visitantes, além de fomentar o desenvolvimento sustentável em nível regional.

Wearing e Neil (2000) propõem quatro características que qualificam uma prática turística como ecoturismo: (i) é uma viagem que visa conservar o ambiente natural e o espaço onde se desenvolve a atividade turística; (ii) baseia-se na fruição de elementos essenciais da natureza, como flora, fauna, paisagens e cultura; (iii) mantém adequadamente os recursos naturais; e (iv) proporciona aprendizado ao turista por meio de sua experiência como ecoturista. Beaumont (2011) estabelece três critérios essenciais para o ecoturismo: natureza, aprendizagem e sustentabilidade.

Boo (1991) também afirma que os ecoturistas geralmente são mais tolerantes às diferentes condições de vida em comparação com outros tipos de turistas. Eles frequentemente se adaptam aos costumes, condições e alimentação locais, participando de atividades que vão desde caminhadas na floresta até a exploração e estudo dos atrativos naturais dos destinos. Nesse contexto, as práticas de ecoturismo podem gerar oportunidades como: educação ambiental, intercâmbio cultural, geração de renda, valorização e conscientização dos visitantes, manutenção da biodiversidade, criação de empregos e justificativa para a preservação das áreas protegidas onde se desenvolve o ecoturismo (DRUMM; MOORE, 2005).

Dada a diversidade de interpretações, usos e práticas adotadas no ecoturismo, que variam conforme os interesses envolvidos (ambientalistas, governos, operadores turísticos, pesquisadores, comunidades locais, ecoturistas, entre outros), Kinker (2002) enfatiza a necessidade de um componente regulatório estruturado, com princípios que orientem as práticas de ecoturismo. Esses oito princípios buscam minimizar os impactos socioculturais negativos e maximizar os positivos: (i) a natureza é a principal atração; (ii) minimizar os impactos no ambiente natural e cultural; (iii) não degrada os recursos; (iv) controla o número de turistas e suas atividades nas áreas; (v) sensibilizar turistas e comunidades locais para a formação de uma consciência ambiental; (vi) promove benefícios diretos e indiretos para a conservação das áreas visitadas; (vii) gera benefícios econômicos e fortalece as comunidades locais; (viii) incentivar o respeito pelas populações locais. Embora seja desafiador seguir todos esses princípios integralmente, Kinker (2002) ressalta que esse exercício permite distinguir o que é e o que não é ecoturismo. Isso é importante porque, muitas vezes, presume-se que qualquer atividade turística desenvolvida em uma reserva natural ou área rural seja ecoturismo.

Apesar da relevância e das vantagens do ecoturismo, diversos autores atualmente questionam os benefícios econômicos que as comunidades locais realmente obtêm com essa atividade. A participação dessas comunidades costuma ser limitada e passiva, principalmente porque as empresas ecoturísticas geralmente são externas e de origem privada (NSUKWINI; BOB, 2016; PHUONG et al., 2022).

1.2. Ecoturismo de Base Comunitária (EBC)

O ecoturismo de base comunitária (EBC), é uma variante do ecoturismo que visa mitigar seus efeitos negativos, observando a natureza, motivando visitantes, vendendo produtos locais, fortalecendo a comunidade e oferecendo serviços educacionais (WWF, 2001). Esta nova tendência surgiu visto que vários estudos constataram que em muitos casos o que se oferece como ecoturismo é mais um turismo de natureza, turismo de aventura ou recreação em áreas naturais, de forma que tudo relacionado ao fortalecimento e empoderamento local é deixado de lado (HILL; HILL, 2011). Nesta linha, a EBC assume

o desafio de conjugar três vertentes de grande relevância para a sustentabilidade dos territórios (ecoturismo, educação ambiental e turismo de base comunitária-TBC) que se inter-relacionam para desencadear efeitos combinados e, portanto, transcendem os gerados pela ação isolada (BENITES; MAMEDE, 2020).

Em linha com o exposto, a vertente turismo de base comunitária (TBC) enriqueceu o ecoturismo de base comunitária com um modelo de desenvolvimento local, orientado para os princípios da economia sólida, associativismo, valorização da cultura local e, principalmente, privilegiando as comunidades locais, visando a adequação por parte após dois benefícios obtidos com atividades turísticas (ARAÚJO; FORTES; RIBEIRO, 2018). É assim que, hoje, o ecoturismo de base comunitária se configura também como um contra movimento ao privilégio de agentes hegemônicos, nacionais ou internacionais, que têm buscado obter o maior lucro às custas da fragmentação e privatização do território sem preocupar-se com o bem-estar das comunidades tradicionais e dos atores envolvidos (BARRETO; TAVARES, 2017).

Nesse sentido, o ecoturismo de base comunitária considera a dimensão ambiental, educacional e social como seus eixos principais, pois parte da premissa de que sem a participação das comunidades seria impossível alcançar o desenvolvimento sustentável (BAQUERO; PARRADO, 2021). É assim que a EBC pretende que os benefícios obtidos sejam justamente para os habitantes locais, permitindo que as estruturas e capital social sejam fortalecidos através do controle, gestão e desenvolvimento de projetos de ecoturismo com aproveitamento de terras e recursos comuns de forma responsável (BENITES; MAMEDE, 2020). Assim, Jiménez (2009) define o ecoturismo de base comunitária como um instrumento no qual as comunidades participam direta e autonomamente no turismo local, comprometidas com a conservação dos recursos naturais e culturais e promovem o uso equitativo dos benefícios socioeconômicos que complementam as atividades tradicionais, promovendo assim um desenvolvimento sustentável.

De acordo com Vásquez, et al. (2010), alguns critérios importantes devem ser analisados para que o EBC seja realmente viável e sustentável:

- Identificação da população e suas características e interesses;
- Demanda de ecoturistas;
- Aceitação da comunidade;
- Tipo de atividades a serem realizadas;
- Atrativos naturais a serem preservados;
- Participação e envolvimento do governo e da comunidade;
- Ameaças a levar em consideração;
- Práticas de desenvolvimento sustentável, bem como das estratégias que, através da oferta de bens e serviços, podem contribuir para a concretização desse objetivo.

Assim, o EBC se configura em uma estratégia que integram tanto a sustentabilidade ambiental, social y cultural, quanto a participação comunitária, a justiça redistributiva, o desenvolvimento local e o controle do setor turístico por parte das comunidades locais (MTAPURI; GIAMPICCOLI, 2018; GUERRERO-MORENO; OLIVEIRA-JÚNIOR, 2024)

1.3. Áreas protegidas e ecoturismo de base comunitária

As Áreas protegidas (APs) são territórios definidos para a proteção da natureza, e são consideradas ferramentas importantes para alcançar os objetivos de conservação e preservação do meio natural (BENSUSAN, 2006). Desde que a primeira área protegida formalmente do mundo foi estabelecida em 1872 em Yellowstone, os parques e reservas naturais tornaram-se vitais para a preservação da biodiversidade e das paisagens no mundo (PRETTY; SMITH, 2004). Sua origem foi vista por muitos pesquisadores da época, como um marco histórico e ponto de partida para a essência das áreas protegidas (PINHEIRO et al., 2021).

Durante a década de 1930, foram criados os primeiros parques nacionais do Brasil, porém, é em 1973 que as áreas protegidas ganharam um grande impulso com a criação da Secretaria do Meio Ambiente (SEMA) (CAMPOS et al., 2011). Isso aconteceu após o Encontro das Nações Unidas para os Direitos Humanos e o Meio Ambiente, realizado em Estocolmo (Suécia), e seu objetivo era criar estações ecológicas em todos os estados do Brasil (DIEGUES, 1996).

No entanto, é a partir da Lei 9.985, de 18 de outubro de 2000, que foi instituído o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), que se encarrega de estabelecer critérios e normas para unidades de conservação de melhoramento, implantação e manejo” (Lei 9.985, 2000, Art. 1). Em relação às unidades de conservação (UC), o Artigo 2, inciso I, as define como:

espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção.

Em consonância com isso, o inciso II do Art. 2º refere-se à conservação da natureza como:

o manejo do uso humano da natureza, compreendendo a preservação, a manutenção, a utilização sustentável, a restauração e a recuperação do ambiente natural, para que possa produzir o maior benefício, em bases sustentáveis, às atuais gerações, mantendo seu potencial de satisfazer as necessidades e aspirações das gerações futuras, e garantindo a sobrevivência dos seres vivos em geral.

Sob esse prisma, o SNUC (2000) considera o desenvolvimento sustentável uma alternativa para a conservação da natureza e estabelece entre seus objetivos mais importantes: Contribuir para a manutenção e restauração da diversidade biológica,

promover ou o desenvolvimento sustentável a partir de dois recursos naturais, promover práticas de conservação, valorizar as diversidades econômica e socialmente favorecer condições e promover a educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico e proteger os recursos naturais necessários à subsistência das populações tradicionais, respeitando e valorizando o conhecimento da sua cultura. Tudo isso se encontra em sintonia com os princípios que norteiam a EBC descritos nas páginas anteriores.

No Brasil, foram estabelecidos acordos tanto de TBC como de EBC em algumas unidades de conservação, que, estão permitindo o desenvolvimento socioeconômico sustentável por parte de povos e comunidades tradicionais, que em sua maioria, estão vinculados às unidades de conservação de uso sustentável como reservas extrativistas, florestas nacionais, reserva de desenvolvimento sustentável, entre outras (DE MORAES et al., 2024). Assim, a inclusão e participação dos residentes de UC no turismo, na Amazônia, por exemplo, tem permitido garantir a tomada de decisões sobre os processos e otimizar os benefícios derivados das atividades associadas, levantando em consideração os atores sociais de um contexto local (COELHO, 2013).

Por sua parte, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) foi responsável por estabelecer, em parceria com as comunidades locais, os princípios e diretrizes para a implementação de projetos voltados à promoção e fortalecimento dessas práticas nas Unidades de Conservação, além de desenvolver planos de uso que regulamentem as atividades ecoturísticas no interior das UC, assegurando a sustentabilidade e preservação desses territórios (ICMBIO, 2019; DE MORAES et al., 2024).

Assim, o Ecoturismo de Base Comunitária se configura como uma estratégia sustentável que se torna cada vez mais comum em áreas protegidas ao redor do mundo, dada a aceitação por parte de entidades governamentais, conservacionistas e populações locais. No entanto, ainda apresenta diversos aspectos a serem aprimorados, especialmente no campo da gestão e no desenvolvimento de políticas públicas que facilitem sua implementação (ZHENG et al., 2021; GUERRERO-MORENO; OLIVEIRA-JÚNIOR, 2024). A seguir, descreveremos alguns casos de sucesso do ecoturismo de base comunitária em APs.

1.4. Casos de sucesso do EBC

- **Parque Nacional Leuser (Indonésia):** O estudo de Wiratno et al (2022) sobre a gestão colaborativa do EBC destaca como a colaboração entre as comunidades locais e as autoridades do parque tem sido crucial para a conservação. A criação de uma organização comunitária para gerir as atividades turísticas reduziu as atividades ilegais, como a caça furtiva, ao mesmo tempo que gerou rendimentos alternativos para a comunidade local. Isto tem contribuído para a proteção do parque e a melhoria do bem-estar da população.

- **Reserva de Wolong (China):** Uma investigação de Zheng et al (2021) na Reserva Natural de Wolong utiliza um mecanismo participativo que envolve a comunidade local no planejamento do EBC, garantindo que os seus interesses sejam representados. Isto incentivou a conservação da biodiversidade, ao mesmo tempo que melhorou o bem-estar económico da comunidade.
- **Parque Nacional Yasuní (Ecuador):** o estudo de Mestanza-Ramón et al (2022) aborda o ecoturismo comunitário como estratégia para promover a conservação das tartarugas tracajá (*Podocnemis unifilis*). Este projeto melhorou a economia local ao gerar receitas sustentáveis para as comunidades, enquanto contribui para a preservação desta espécie em perigo. A participação comunitária tem sido usada para reduzir ameaças como a caixa ilegal, promovendo uma maior consciência ambiental entre os residentes e visitantes.
- **Ecoturismo Comunitário e Indígena na América Latina:** A pesquisa de Ruiz-Mallen et al (2021) analisa como o ecoturismo comunitário e indígena tem se mostrado um catalisador para a conservação de APs na América Latina. Através da participação ativa das comunidades locais, esse tipo de turismo tem permitido proteger áreas naturais enquanto gera estratégias sustentáveis. O estudo indica que essas iniciativas não só apoiam a conservação da biodiversidade, mas também ajudam a reduzir a expansão agrícola e outros usos intensivos do solo, promovendo um uso mais responsável do território.
- **Ecoturismo de Base Comunitária na Amazônia:** Bezerra (2012) fez um estudo comparativo do EBC como estratégia eficaz para promover a conservação ambiental e o desenvolvimento sustentável. Encontrou que com a participação ativa das comunidades locais, esse tipo de turismo protege a biodiversidade e os recursos naturais enquanto gera renda sustentável. O estudo indica que essas iniciativas contribuem para o bem-estar das comunidades ribeirinhas e indígenas, fortalecendo a preservação da floresta amazônica e suas riquezas culturais.
- **Ecoturismo Comunitário e Observação de Primatas na Amazônia (Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá- Brasil).** O estudo de Lebrão et al (2021) mostra como o ecoturismo comunitário voltado para a observação de primatas tem se mostrado uma ferramenta eficaz de conservação na Floresta Amazônica. Através da participação ativa das comunidades locais, essa atividade promove tanto a proteção das espécies de primatas como a preservação dos ecossistemas que habitam. Além disso, gera receitas sustentáveis para as comunidades envolvidas, incentivando o turismo responsável e a valorização do conhecimento tradicional, ao mesmo tempo em que contribui para a educação ambiental e a conscientização sobre a importância da biodiversidade.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, F; FORTES, S; RIBEIRO, L. Ecosocioeconomia e turismo de base comunitária: Estudo sobre o projeto TBC cabula. **Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade** – v. 8, n. 2, p. 174-192, 2018.

BARRETO, E; TAVARES, M. O Turismo de Base Comunitária em uma comunidade ribeirinha da Amazônia: O Caso de Anã na Reserva Extrativista Tapajós-Arapuins, Santarém (PA). **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v.10, n.3, pp.579-611, 2017.

BAQUERO, J; PARRADO. **Percepción y conocimiento ambiental como base para una estrategia de ecoturismo en un área protegida urbana de Bogotá (Colombia)**. Turismo y Sociedad, xxix, pp. 293-314, 2021.

BEAUMONT, N. The third criterion of ecotourism: are ecotourists more concerned about sustainability than other tourists? **Journal of Ecotourism**, 10(2), 135-148, 2011.

BENSUSAN, N. **Conservação da biodiversidade em áreas protegidas**. Rio de Janeiro: FGV, 2006

BENITES, M., & MAMEDE, S. (2020). Ecoturismo de Base Comunitária na Comunidade Quilombola Furnas da Boa Sorte, Corguinho (MS): planejamento e sustentabilidade. **Revista Brasileira De Ecoturismo (RBEcotur)**, 13(1). 2020.

BEZERRA, N. P. Ecoturismo de Base Comunitária na Amazônia: Uma Análise Comparativa. **Revista Acadêmica Observatório de Inovação Do Turismo**, v. 7, n. 1, p. 3-4, 2012.

BOO, E. **Planning for ecotourism**. Parks 2, 4-8. 1991.

BRASIL. Constituição Federal do Brasil. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000: **Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências**. 2000.

BRIDA, J. G; RODRÍGUEZ BRINDIS, M; MEJÍA-ALZATE, M. L. La contribución del turismo al crecimiento económico de la ciudad de Medellín – Colombia. **Revista de Economía del Rosario**, 24(1), 1-23, 2021.

BUDOWSKY, T. Ecoturismo a la Tica. Hacia una Centroamérica verde, Costa Rica: **Redes**. pp.58-74, 1989.

CAMPOS, R. F.; FÉLIX, L. A. G.; VASCONCELOS, F. C. W. Política Ambiental Brasileira: histórico legal da criação de áreas protegidas. **Revista Geográfica da América Central**, n. esp. EGAL, 2011.

CEBALLOS-LASCURAIN, H. **Estudio de perfectibilidad socioeconómica del turismo ecológico y anteproyecto arquitectónico y urbanístico del centro de turismo ecológico de San Kalan, Quintana Roo**. México: SEDUE. 1987.

CISNEROS-MARTÍNEZ, J. D; FERNÁNDEZ-MORALES, A. Concentración estacional de la demanda hotelera en Argentina. **Revista de Estudios Regionales**, (106), 197-221, 2016.

COELHO, EA. Refletir sobre o turismo comunitário em Unidades de Conservação na perspectiva amazônica. **Revista Brasileira do Ecoturismo**, São Paulo, 6 (1), págs. 313-326, 2013.

CONTRERAS, G. (2016). **Ecoturismo comunitario y desarrollo sustentable en San Ildefonso, Ixtlahuaca (México) Toluca**. Universidad Autónoma del Estado de México. 2016.

DANGI, T.B.; PETRICK, J.F. **Augmenting the role of tourism governance in addressing destination justice, ethics, and equity for sustainable community-based tourism**. Tour. Hosp. 2, 15-42, 2021.

DE MORAES, E. A. *et al*. Turismo de Base Comunitária em Unidades de Conservação de uso sustentável no Brasil: para pensar práticas de gestão. **Turismo - Visão E Ação**, v. 26, p. e 19133, 2024.

DRUMM, A; MOORE, A. **Ecotourism Development - A Manual for Conservation Planners and Managers**. Volume I - An Introduction to Ecotourism Planning. 2005.

FAXINA, F; FREITAS, L. B. A. Agenda do turismo de base comunitária de Indiaroba, Sergipe Brasil: resultados de um projeto de extensão. **Tourism and Hospitality International Journal**, 14(1),75-90. 2020.

GASPAR, S. D. S. Gentrification: processo global, especificidades locais? **Ponto Urbe**, n. 6, 1, 2010.

GORDON, B. **El turismo de masas: un concepto problemático en la historia del siglo XX**. Historia Contemporánea, N°25:125. 2012

GUERRERO-MORENO M; OLIVEIRA-JUNIOR J. Approaches, trends, and gaps in community-based ecotourism research: A bibliometric analysis of publications between 2002 and 2022. **Sustainability** ,2639, 2024.

GUERRERO, R. Ecoturismo Mexicano: la promesa, la realidad y el futuro. Un análisis situacional mediante estudios de caso. **El Periplo Sustentable**, (18), 37-67.2010.

ICMBIO. **Turismo de base comunitária em Unidades de Conservação Federais: caderno de experiências**. Brasília: MMA, ICMBio. 2019.

LARA, L. El ecoturismo: ¿una opción para las reservas forestales? Caso: unidad experimental de Caparo. **Revista Forestal Venezolana**, 43(1), 69-78.1999.

LEBRÃO, C. et al. Community-Based Ecotourism and Primate Watching as a Conservation Tool in the Amazon Rainforest. **International Journal of Primatology**, 2021

LICKORISH, L. J; JENKINS, C. L. **Introdução ao turismo**. Editora Elsevier, Rio de Janeiro. 2000.

KINKER, S. **Ecoturismo e conservação da natureza em parques nacionais**. Papirus, Campinas, SP. 2002.

MESTANZA-RAMÓN, C. *et al.* Charapa Turtles (*Podocnemis unifilis*), an Opportunity to Improve Community Tourism and Contribute to Their Conservation in Yasuní National Park, Ecuador. **Sustainability**, v. 14, n. 13, p. 7548, 21, 2022.

NEL-LO M; LLANES, C. **Ecoturismo**. Editorial UOC.2016.

NSUKWINI, S.; BOB, U. Los impactos socioeconómicos del ecoturismo en las zonas rurales: un estudio de caso de Nompondo y el parque Hluhluwe-iMfolozi (HiP). **J. Hosp. Tour. Manag.**1, 5, 2016.

PINHEIRO, P. A.; DE ALMEIDA LEVINO, N.; DE LIMA FILHO, W. A. Análise da viabilidade econômica de implantação do ecoturismo de base comunitária em unidades de conservação em Murici (AL). **Diversitas Journal**, v. 6, n. 2, p. 2681-2700, 2021.

PHUONG, N.; BA, D.; DIEU, L. Evaluación del potencial del ecoturismo comunitario hacia el desarrollo sostenible: un estudio de caso en la meseta kárstica de Tua Chua, Dien Bien, Vietnam. **Geoj. Tour. Geosites**, 300–1305, 2022.

PRETTY, J.; SMITH, D. Social capital in biodiversity conservation and management. **Conserv. Biol.** 18, 631–638, 2004.

RODRIGUES, M.S; FEDER, M, V; FRATUCCI, A.C. Impactos percibidos del turismo. Un estudio comparativo con residentes y trabajadores del sector en Rio de Janeiro-Brasil Estudios y Perspectivas en Turismo, vol. 24, núm. 1, 2015, pp. 115-134. **Centro de Investigaciones y Estudios Turísticos**. Buenos Aires, Argentina. 2015.

VARGAS DEL RÍO, D; BRENNER, L. **Ecoturismo comunitario y conservación ambiental: la experiencia de "La Ventanilla", Oaxaca, México**. Estudios Sociales, 21(41), 32-63. 2013.

WALLACE, G; PIERCE, S. **An evaluation of ecotourism in Amazonas, Brazil**.1996.

WEAVER, D. B; LAWTON, L. J. Overnight ecotourism market segmentation in the Gold Coast hinterland of Australia. **Journal of Travel Research**, 40(3), 270-280,2002.

WIRATNO, W. et al. Ecotourism as a Resource Sharing Strategy: Case Study of Community-Based Ecotourism at the Tangkahan Buffer Zone of Leuser National Park, Langkat District, North Sumatra, Indonesia. **Sustainability**, v. 14, n. 6, p. 3399, 2022.

WWF. World Wide Fund for Nature. **Directrices para el desarrollo del turismo comunitario**. Londres-WWF International. 2001.

ZHENG, B. et al. The Future of Community-Based Ecotourism (CBET) in China's Protected Areas: A Consistent Optimal Scenario for Multiple Stakeholders. **Forests**, v. 12, n. 12, p. 1753, 2021.